

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

O impacto da ideologia neoliberal no meio operario.

Patrícia Vieira Trópia.

Cita:

Patrícia Vieira Trópia (2005). *O impacto da ideologia neoliberal no meio operario*. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/121>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/e80H/oC4>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Xº JORNADAS INTERESCUELAS / DEPARTAMENTOS DE HISTORIA
Rosario, 20 al 23 de septiembre de 2005

Título: O impacto da ideologia neoliberal no meio operário

Mesa Temática: "América Latina y la crisis actual: una realidad y un debate"

Pertenencia institucional: Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Faculdade de Educação

Autor: TRÓPIA, Patrícia Vieira - Docente (PUC-Campinas), Pesquisadora
(Cemarx/Unicamp)

Brasil, São Paulo, Campinas, 019-32491097, tropia@uol.com.br

I. Introdução

O movimento sindical vive hoje, em vários países, um momento de refluxo, cuja explicação deve ser buscada nas circunstâncias econômicas, políticas e ideológicas que caracterizam o capitalismo contemporâneo, na sua versão neoliberal. No Brasil, não é possível falarmos em refluxo nas mesmas proporções e dimensões daquelas que ocorreram, nas últimas décadas, com os sindicatos de alguns países centrais, onde além de um processo de desfiliação houve descenso das lutas sindicais (Visser, 1993; Martins Rodrigues, 1999). Mas, é inegável que, no Brasil, o movimento sindical combativo, depois de conhecer sua "aurora" nos anos de 1980, de acumular algumas importantes vitórias sobre o peleguismo – entre as quais a reforma do modelo de gestão ditatorial da estrutura sindical –, de criar uma central sindical de massa e um partido de base popular, entrou em uma fase defensiva (Boito Jr., 1999; Galvão, 2003). Relativamente aos anos de 1980, o número de greves caiu, inclusive o de greves gerais (Sandoval, 1994; Noronha, 1991); o setor público – o mais penalizado com a política de ajuste fiscal – sofreu sete anos sem reposição salarial, bem como com a ampliação das demissões e a contenção dos gastos públicos. Pressionado por esta situação, diminuiu tanto o número de greves no setor público, quanto a participação dos servidores nos movimentos grevistas. O padrão das greves também se modificou – as greves de categoria perderam importância para as greves por empresa –, houve uma pulverização das negociações e as reivindicações salariais foram suplantadas por aquelas relativas ao descumprimento dos acordos coletivos e pela defesa da estabilidade no emprego (Dieese, 2001). Por fim, as estratégias de confrontação e as ações de massa, defendidas e praticadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos 80, foram, em alguns episódios, substituídas pela negociação de cúpula com os governos neoliberais.

Este recuo resulta tanto de fatores econômicos quanto políticos e ideológicos. A queda nas taxas de crescimento econômico, a redução dos níveis de emprego, o deslocamento de indústrias para o interior e outros estados, a ameaça de recessão ao longo da década de 1990 e o aumento da informalidade enredaram o movimento sindical, tanto mais porque todos estes fatores foram acompanhados por uma austera política de controle dos gastos públicos – o que agravou a situação econômica e social do País, pois, sem investimentos estatais diretos, tanto na produção quanto na geração de empregos, a retomada do crescimento ficou muito comprometida.

No Brasil, se os movimentos sociais tiveram que enfrentar, desde a vitória de Collor, um governo determinado na implementação de uma política econômica recessiva – evidentemente desfavorável aos trabalhadores –, sua capacidade de resposta acabou sendo minada pela ofensiva anti-socialista e anti-marxista que contaminou alguns setores da esquerda sindical e partidária. Este impacto foi ampliado com a ofensiva da "nova direita". Diante de tudo isso, o movimento sindical recuou e refluíu. Todavia, se tomamos este refluxo de forma homogênea e mecânica, isto é, como se o movimento sindical fosse um bloco e apenas vítima de uma situação política e ideologicamente desfavorável, não entenderemos a dinâmica da luta sindical travada no Brasil na década de 1990, nem explicamos a criação e o crescimento de uma central que aderiu ao neoliberalismo: a Força Sindical.

A Força Sindical foi criada um ano após a posse de Fernando Collor de Mello, em pleno período recessivo, em um momento em que os movimentos sociais organizados no campo da esquerda ainda se refaziam da derrota de Lula e o sindicalismo procurava reagir às perdas produzidas pelo primeiro plano de estabilização implantado por aquele governo. No plano sindical, a criação da central representou uma ofensiva dos setores à direita da CUT. A CUT possuía, até então, a hegemonia no interior do aparelho sindical oficial – ainda que não fosse numericamente majoritária. Com a criação da Força Sindical, este quadro é abalado, já que entre as estratégias da nova central estava a disputa pela hegemonia no sindicalismo. No plano político-ideológico, a Força Sindical foi o resultado de uma frente conservadora que conseguiu aglutinar duas correntes sindicais, o "velho peleguismo" e o "sindicalismo de resultados", sob a égide do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP). O SMSP, tradicional reduto do peleguismo e de onde havia surgido o "sindicalismo de resultados", dirigiu esta frente conservadora para o neoliberalismo.

A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo ocorre no plano político e ideológico, mas não é irrestrita. A central apoiou ativamente as políticas de privatização, de desregulamentação e de redução dos gastos públicos com as políticas sociais e difundiu aspectos da ideologia neoliberal para suas bases. Neste trabalho, analisaremos o papel das lideranças na difusão de aspectos da ideologia neoliberal para sua principal base: os metalúrgicos da cidade de São Paulo.

II. Ação Sindical no contexto neoliberal: a Força Sindical

A Força Sindical foi oficialmente criada em março de 1991. Durante o Congresso de Fundação, 1.793 delegados sindicais reuniram-se em São Paulo, aprovaram o estatuto e elegeram Luiz Antônio de Medeiros o primeiro presidente da central. Os primeiros discursos de Medeiros procuraram distinguir a Força Sindical das demais centrais existentes: nem CUT, "central ligada a partido político", nem CGT, "entidade apática e desvinculada dos reais interesses da classe trabalhadora". A Força Sindical lançava-se como expressão "da modernidade" no movimento sindical. A marca que procurava veicular era a de uma central que aceitava o capitalismo, a economia de mercado e o predomínio da negociação sobre o sindicalismo de confronto. Pregava a maior eficácia do diálogo para a conquista dos benefícios, pois, como afirmava Medeiros, "a derrota não organiza os trabalhadores, o que organiza é a vitória e a vitória se conquista com o diálogo". Com este discurso conciliador, Medeiros buscou fortalecer o poder sindical da central, contando para isso com o apoio da burguesia e do governo. Tanto prestígio e publicidade tinham motivo: a Força Sindical armava-se para, no plano imediato, combater a CUT e forjar uma proposta de modernização da economia e das relações de trabalho no Brasil.

Com uma prática que combinou um sindicalismo moderadamente ativo e reivindicativo no plano econômico a uma atuação conservadora, no plano político e ideológico, a central construiu um modelo de sindicalismo até certo ponto inovador para a realidade brasileira. Evidentemente, a Força Sindical não abriu mão dos recursos políticos advindos da estrutura sindical oficial, nem tampouco rechaçou o apoio de uma massa de sindicatos pelegos e de carimbo. Mas acrescentou ao governismo dominante em suas bases o que os seus expoentes denominavam pragmatismo, ou seja, a inclusão de ações grevistas como forma de pressão na

negociação salarial e de ações de massa pela adoção de medidas compensatórias contra o desemprego¹.

No plano político, contudo, a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo. Esta adesão desenvolveu-se em duas frentes. A primeira foi de oposição à CUT e ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Ao longo dos anos 90, a central fez propaganda e agitação contra a linha política da CUT e, no caso do MST, criou a Força da Terra, um programa que, em parceria com o governo, procurou amortecer a luta popular pela reforma agrária. A segunda frente foi propositivamente neoliberal. A central engajou-se no processo de implantação da política estatal neoliberal, contribuindo, ao mesmo tempo, para a disseminação ideológica do neoliberalismo (Trópia, 2002).

A Força Sindical apoiou e participou ativamente dos primeiros processos de privatização, da USIMINAS e da CSN, os quais, sem o apoio militante da central, teriam menor, ou sequer teriam, êxito. Como ocorreu este apoio? De um lado, a Força Sindical enfrentou a CUT, tanto na disputa pela direção dos sindicatos quanto na luta ideológica ao fazer propaganda contra a linha defendida por ela. De outro lado, a Força Sindical negociou junto às empresas e ao governo o montante de ações reservadas para os funcionários, incentivando-os a participar nos Clubes de Investimento.

O segundo eixo da plataforma neoliberal defendido pela Força Sindical foi a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Coerente com a proposta de livre negociação entre capital e trabalho, a Força Sindical priorizou a luta pela Participação nos Lucros e nos Resultados (PLR), defendeu a substituição da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por um "código de trabalho" (Força Sindical, 1993) e, nas conjunturas em que esteve sob a pressão do aumento do desemprego, defendeu a implantação da desregulamentação na prática, ao "flexibilizar" a jornada de trabalho e o contrato de trabalho em empresas metalúrgicas de São Paulo. Em 1996, propôs o "Contrato especial" de trabalho, embrião da Lei nº 9.601/98 que instituiu o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado. No final de 1998, o governo FHC instituiu, através da MP 1.726/98, a demissão temporária ou *lay-off* (MP 1.726/98).

O terceiro eixo da política neoliberal apoiado pela Força sindical é a redução de gastos sociais. A política neoliberal procura adequar os princípios doutrinários do

¹ Para uma análise da luta grevista e reivindicativa do SMSP, ver Trópia (2004), especialmente o capítulo 3.

liberalismo econômico às situações históricas concretas. Na impossibilidade de colocar em prática o pressuposto do Estado mínimo, os governos neoliberais privatizam serviços sociais e reduzem os gastos com políticas sociais.

Em seu livro-programa, *A Força Sindical* afirma que na área social o Estado tem "criado um terreno fértil para o desperdício, a corrupção, o desvio dos benefícios da clientela-alvo, a má distribuição do gasto entre investimento e custeio (como na educação), a tecnificação excessiva e a utilização desproporcional de equipamentos" (Força Sindical, 1993: 69). Para solucionar estes problemas crônicos – corrupção e desperdício –, a gestão dos recursos públicos deveria ser modificada e adaptada aos critérios empresariais e de mercado. Desta forma, a central acabou defendendo a descentralização das políticas sociais e a introdução de novas formas de gestão e de participação da sociedade civil: uma espécie de privatização "branca". Se esta privatização não pode ser total, cabe, em nome da soberania do consumidor, da eficiência e da liberdade individual, as seguintes iniciativas: 1) criar parcerias; 2) substituir o Estado por ONGs, sindicatos, etc, na oferta dos serviços públicos, criando uma espécie de "serviços públicos não estatais".

Se o discurso da Força Sindical é ambíguo, sua prática não deixa dúvidas quanto à defesa da privatização dos serviços sociais. Além de ter sido omissa na denúncia da redução de gastos, a central cresceu, em grande medida, ao assumir funções sociais relegadas pelo Estado, entre as quais se destaca a de oferecer cursos de qualificação profissional. No que diz respeito aos programas públicos de emprego, as verbas destinadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)² – inicialmente previstos para custear o seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e programas de desenvolvimento econômico (através do BNDES) – têm sido retidas pelo Tesouro Nacional e remetidas às centrais para o oferecimento de cursos de qualificação profissional³.

III. A propagação da ideologia neoliberal no meio operário

A propagação da ideologia neoliberal no meio operário metalúrgico é um processo cuja datação não é exata, mas se inicia com os discursos dos expoentes

² O FAT, criado pela Lei 7.998/90, constitui um fundo público destinado a custear políticas de emprego e renda. Entre os programas financiados com recursos do FAT estão o seguro desemprego e os programas de qualificação de mão-de-obra (Cf. Barbosa e Moretto, 1998).

³ Em 1992, a Força Sindical recebeu NC\$221.024.758,00; em 1997, R\$6.000.208,00; em 1998, R\$12.747.000,00; em 1999, R\$19.548.700,00; em 2000, R\$29.510.000,00 e em 2001 R\$48.731.044,00. Os dados foram levantados do Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (SIASI).

do sindicalismo de resultados durante a Constituinte e que passa a ser amplificado, de forma crescente e cada vez mais elaborada, durante os anos de 1990. Deixemos de lado, nesta comunicação, a conjuntura da Constituinte, quando Luiz Antônio de Medeiros e Antônio Rogério Magri ascenderam na cena política na condição de interlocutores sindicais privilegiados do governo Sarney, difundindo a proposta de um “sindicalismo de resultados”. Além de terem combatido, ao lado do bloco parlamentar do Centrão, as propostas mais avançadas construídas pelos movimentos populares na Constituinte, estas duas lideranças defenderam algumas das bandeiras neoliberais – em um momento em que apenas alguns segmentos da burguesia, em particular aqueles aglutinados em torno do Instituto Liberal, já haviam aderido ao neoliberalismo (Trópia, 2004). Tratemos do processo de amplificação da ideologia neoliberal a partir da criação da Força Sindical.

Os principais documentos de vulgarização da ideologia neoliberal são boletins, textos trabalhados durante cursos de formação política, o jornal *O metalúrgico* do SMSP e o livro-programa intitulado *Um projeto para o Brasil, a proposta da Força Sindical*. São, contudo, os discursos das lideranças “no calor da hora” – nos processos de privatização da USIMINAS e da CSN, durante a greve dos petroleiros em 1995, no episódio da extinção dos monopólios, durante a votação da proposta de flexibilização da CLT e nas massivas assembleias realizadas – o recurso mais eficaz na difusão ideológica do neoliberalismo.

A análise histórica evidencia que as lideranças procuravam selecionar as orientações mais adequadas aos interlocutores - se trabalhadores do setor público ou se trabalhadores do setor privado. Com a intenção de atrair o apoio dos trabalhadores das empresas estatais para a privatização, as lideranças prometiam “democratizar o capital”, “enriquecer o trabalhador” e transformá-lo em “gestor das empresas”. Mas, para atrair os metalúrgicos de sua base, as lideranças mudavam a linha de atuação e persuasão: ora prometiam ganhos materiais (acesso aos bens públicos), ora prometiam emprego; contudo, a linha principal adotada – em defesa das políticas de privatizações e de desregulamentação dos direitos dos servidores públicos – foi atacar os funcionários públicos e incitar os metalúrgicos de São Paulo a combater os “privilégios” dos “improdutivos”, “preguiçosos”, “sanguessugas”, “encostados”, entre outros adjetivos.

Durante o processo de privatização da USIMINAS (1991) e da CSN (1993), quando se dirigiam aos empregados destas estatais, as lideranças adotavam uma linha. Procuravam atrair o apoio dos operários para participar dos Clubes de

Investimentos, o que os tornaria proprietários das ações, partícipes da gestão das empresas e investidores no mercado de capitais. Neste processo, foi eficaz a estratégia da empresa de fazer concessões materiais aos trabalhadores (como aumento de salário para que pudessem comprar ações). Mas, tão importantes quanto estas concessões, foram os discursos forjados pelas lideranças na tentativa de atrair os trabalhadores a participar do leilão e, desta forma, legitimar o processo de privatização da empresa. Por sua vez, quando se dirigiam à "população", as lideranças mudavam a linha de atuação e persuasão. Neste caso, tratava-se de responsabilizar as estatais pelo "atraso" e "prejuízos" e pelos "privilégios" de seus funcionários, buscando, com isso, isolar os empregados das empresas e legitimar a realização dos leilões.

Houve, em Ipatinga, uma intensa luta ideológica em torno da privatização da USIMINAS. Enquanto os setores de oposição organizavam manifestações, tentavam a suspensão do leilão e criticavam a atuação do sindicato, as lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), a direção da empresa e a imprensa local procuravam atrair setores da população e ganhar a adesão dos empregados da empresa incentivando-os a compor o Clube de Investimentos.

Na opinião de Chico Ferramenta, então prefeito de Ipatinga, além dos 5% de aumento prometido pela direção da empresa, também o medo da demissão influenciou na decisão dos funcionários em reservar a parte que cada um deles tinha direito nos 10% do capital votante: "há uma ameaça sutil das chefias das usinas a quem não reservar ações: demissão logo após a privatização"⁴, afirmou.

Luiz Carlos de Faria, principal liderança do SINDIPA, não apenas se omitiu frente à pressão e às ameaças de demissão sofridas pelos operários, como fez um intenso trabalho de convencimento junto a eles, ao ressaltar os supostos benefícios da privatização: participação na gestão da empresa, possibilidade de ganhos como acionistas e de se tornarem "donos da empresa". O aumento de 5% concedido para compra das ações foi, inclusive, usado como exemplo da nova relação de parceria entre o trabalhador do setor privado e o "novo patrão". O sindicalista procurou transmitir aos empregados que a privatização era um fato consumado, um processo irreversível, e, sobretudo, uma vitória dos metalúrgicos: "nossa maior vitória foi a garantia da presença de um trabalhador com direito a voto no Conselho de

⁴ Jornal *Diário do Aço*, 2 de out. de 1991.

Administração da empresa"⁵. Longe das mãos do governo, dizia o presidente do SINDIPA, "a empresa vai crescer e o trabalhador vai crescer junto, profissional e salarialmente"⁶.

O processo de privatização da CSN também resultou de um complexo processo de alianças e de resistências. A vitória da chapa da Força Sindical nas eleições para o sindicato de Volta Redonda poucos meses antes do leilão, a ativa participação da direção da estatal e do sindicato na formação do Clube de Investimento e o predomínio de uma linha defensiva por parte da CUT (Gracioli, 1999) explicariam a privatização daquela siderúrgica. Mas o que chama nossa atenção tanto em Ipatinga, quanto em Volta Redonda, foi a eficácia da linha da Força Sindical de apoio à participação dos trabalhadores nos leilões. A Força Sindical bateu na tecla da "democratização do capital", ao instigar os trabalhadores a lutar pela ampliação de sua participação acionária; no caso da USIMINAS de 10 para 20% e no caso da CSN chegou-se a falar de 50% das ações.

O primeiro passo dado pelo sindicato e pela direção da CSN foi viabilizar a formação do Clube de Investimento, destinado a administrar as ações adquiridas pelos trabalhadores. Enquanto o então presidente da empresa, Lima Neto, se dirigia às famílias dos operários através de um documento escrito em primeira pessoa, em linguagem coloquial onde se afirmava que a privatização levaria à "democratização do capital da empresa", criaria novas frentes de trabalho (em atividades até então controladas pelo governo), criaria novos empregos e "melhoraria também a cidade" (*apud* Gracioli, 1999: 217-218), para as lideranças do sindicato "a única forma de proteger seus empregos, sua empresa e a tranqüilidade de toda região é garantindo a democratização do capital" (*idem*, 1999: 251). Foi, contudo, a fala de Lima Neto, em entrevista a um jornal da grande imprensa nacional, que explicitaria, com rara clareza, a forma de interpelação do discurso neoliberal. Falando sobre seus planos de voltar à presidência da CSN, Lima Neto prometera que, com a recuperação da companhia, as ações estariam muito valorizadas "e, de simples peões, eles [os trabalhadores] vão passar a ser capitalistas" (*Idem*, p. 258).

Chama nossa atenção a eficácia da linha da Força Sindical de apoio à participação dos trabalhadores no leilão. Em Ipatinga e em Volta Redonda, os trabalhadores foram impelidos (pelas chefias) e incentivados (pelos sindicalistas) a

⁵ "Luiz Carlos diz que privatização da Usiminas é vitória dos metalúrgicos", Jornal *Diário do Aço*, 26 de out. de 1991.

⁶ "Luiz Carlos toma posse hoje - presidente do SINDIPA critica o atraso ideológico e aposta na iniciativa privada", Jornal *Diário do Aço*, 10 de out. de 1991.

lutar pela ampliação de sua participação acionária nos Clubes de Investimento. Ainda que o estigma de "privilegiados" e "improdutivos" possa ter surtido algum efeito sobre os operários, foi decisivo o trabalho do sindicato e da direção da empresa interpelando-os a se tornarem "investidores e capitalistas". Tratemos, agora, do discurso das lideranças metalúrgicas para sua base.

Após o leilão da CSN, as lideranças do SMSP passaram a difundir que o sindicalismo de parceria tinha acabado com as "mamatas e bandalheiras na siderúrgica". Diziam que a central tivera papel fundamental na privatização da siderúrgica ao derrotar a CUT – que controlava o sindicato de Volta Redonda e impedia o saneamento da empresa e a sua privatização:

“Com a vitória da Força Sindical, os trabalhadores tornaram-se aliados da administração para acabar com as mamatas e bandalheiras na siderúrgica. (...) Os trabalhadores, liderados, pela Força Sindical participaram de todo o processo de privatização da empresa e conseguiram comprar 20% das ações da CSN. Foi uma vitória da união do trabalho e do capital”⁷.

Foi também este o tom do artigo de Medeiros, publicado na sessão 'Tendências e Debates' do jornal *Folha de S. Paulo*, uma semana depois do leilão⁸. Segundo ele, a privatização da CSN tinha inaugurado uma saudável parceria entre capital e trabalho no Brasil e punha um fim "no símbolo do passado (...) no emblema do atraso, do empreguismo, da corrupção e da ineficiência estatal". Medeiros procurava, assim, tirar todas as conseqüências políticas daquela vitória, buscando atrair novos sindicatos para seu campo, bem como maior adesão de sua base, ao explorar, a partir de então e com cada vez mais ênfase, a crítica aos "privilégios" e "desperdícios" entre os trabalhadores.

Após o "sucesso das primeiras privatizações", o discurso contra o Estado cartorial e empreguista torna-se mais tenso e beligerante. No bojo das discussões sobre a Revisão Constitucional e, sobretudo, quando em 1995, ocorre a quebra dos monopólios e a Reforma da Previdência entra em pauta, as lideranças passam a explorar, com diferentes imagens e inúmeros recursos lingüísticos, o discurso contra os "privilégios" do funcionalismo público.

A expectativa de que o governo Sarney convocasse uma Assembléia revisora levou as lideranças a incrementar a crítica ao funcionalismo público. Como afirmou o então presidente do SMSP, Paulo Pereira da Silva (Paulinho):

"nós que produzimos a riqueza do País e pagamos impostos para sustentar este establishment da incompetência, sofremos ainda mais a angústia e os reflexos maléficos da

⁷ "Trabalhadores e empresários compram a CSN", *O metalúrgico*, no, 394, abr. de 1993.

⁸ "Tetas de aço", *Folha de S. Paulo*, 14 de abr. de 1993.

falta de uma Constituição sólida, devidamente regulamentada. O cidadão brasileiro não agüenta mais o peso desse Estado improdutivo em suas costas. Fala-se em uma campanha nacional contra o desemprego quando, na verdade, o maior gesto para começar a solucionar o grave problema seria uma ampla reforma fiscal e tributária que desse fôlego às pequenas e médias empresas. (...) Para se gerar mais emprego é preciso deixar de encarar o ingresso de capital estrangeiro como ameaça à "soberania nacional" e liquidar os monopólios estatais em alguns setores que precisam de maior eficiência, como é o caso do petrolífero (...) O trabalhador brasileiro não pode mais ser penalizado pelas conveniências e mediocridades de nossos políticos"⁹.

Quando a proposta de reforma da Constituição federal foi retomada, no início do governo FHC, em meio ao crescimento dos movimentos grevistas liderados pela CUT, as lideranças da Força Sindical radicalizaram ainda mais seu discurso. Propuseram "uma greve em defesa das reformas constitucionais, do fim do monopólio do petróleo e das telecomunicações, da privatização, da aposentadoria por tempo de serviço e contra 'os privilegiados'"¹⁰. Segundo Paulinho, os metalúrgicos estavam "cansados de levar o País nas costas" e paralisariam suas atividades "para acabar com os privilégios de um bando de vagabundos". Em referência às greves de petroleiros, eletricitários, telefônicos, funcionários públicos e do correio que estavam em curso, sob o comando da CUT, afirmaria Paulinho, durante um Ato realizado no dia 1º de Maio: "é uma greve dos privilegiados, que têm estabilidade no emprego, e contra a população"¹¹.

Em um lance, ainda mais audacioso, em que procurava rachar o movimento dos funcionários públicos e atrair o que chamou de "peão do setor público", Paulinho procurou difundir, nas entrevistas que concedeu, que o trabalhador "da base" das categorias envolvidas na paralisação da CUT desconhecia o conteúdo político da greve e estaria paralisado por reajuste nos seus salários: "Só uma casta de privilegiados nas estatais é que está preocupada com o fim do monopólio do petróleo, telecomunicação e privatização", arrematava Paulinho. E acrescentou, "peão do setor público" não perde, "nada", com a privatização.

As entrevistas realizadas com lideranças de segundo escalão (diretores e delegados ou assessores sindicais, respectivamente) são ainda mais profícuas. Emergem diferentes imagens e idéias que passam a legitimar as políticas neoliberais: as privatizações, o fim da estabilidade, os contratos flexíveis e as políticas de qualificação profissional. Difunde-se, que os grandes responsáveis pelo Estado cartorial, empreguista e improdutivo são seus funcionários: "o Estado é muito

⁹ Ver: "Um sopro de esperança", *Folha de S. Paulo*, 30 de abr. de 1994.

¹⁰ Ver "Força Sindical faz greve pela reforma dia 11", *Folha de S. Paulo*, 04 de mai. de 1995.

¹¹ Ver "Força Sindical promete paralisação pela reforma", *Folha de S. Paulo*, 2 de mai. de 1995.

grande, o que dificulta uma administração eficiente e racional (...) As empresas estatais brasileiras são "um grande cabide de emprego"¹².

Outra linha dominante é o combate aos direitos do funcionalismo público, em nome do quê procuravam desqualificar, de todas as formas e com todos os estigmas, as empresas estatais e o funcionalismo público. As lideranças incitavam a oposição, a "concorrência" e a "rivalidade" entre público e privado, ao afirmar que os prejuízos com as estatais, os "altos salários" e, sobretudo, "os privilégios" do setor público eram pagos pelos trabalhadores do setor privado: "muitas delas [empresas estatais] funcionam como cabide de emprego e quem banca estes empregos são os trabalhadores do setor privado"¹³. As lideranças incitavam, no plano ideológico, a luta de "uns contra os outros". Além de justificar as demissões, procuravam também responsabilizar o trabalhador do setor público "por tirar dinheiro do setor privado":

"Por que, veja bem (...) você tem uma empresa tipo a Vale do Rio Doce, que teve uma privatização difícil. Ela tinha um número "x" de funcionários e tinha um nível de produção. Alegavam que não dava prejuízo. Não é verdade. Só que quando ela foi privatizada o número de funcionários caiu bastante. E continuou o nível de produção. E ela passou a dar mais lucro do que ela dava antes. Se ela tinha aquela quantidade de funcionários ali, e se caiu o número bastante, isso diz o quê para você? Que aqueles funcionários estavam ali, mas [que] não eram necessários. Se eles não eram necessários, o que acontece? Isso é um exemplo. Como acontece em várias empresas existe um inchaço muito grande no quadro (...) e quando a receita da empresa não cobre a despesa, esse dinheiro tem que ser buscado no governo para cobrir. E quem mantém o governo somos nós através de impostos. E o povo não agüenta. O dinheiro ao invés de ser aplicado em saúde, em educação, você tem que retirar dessas áreas para bancar uma empresa estatal. Eu vejo mais ou menos dessa maneira. E aí que o trabalhador fica prejudicado". (...) eu acho que elas devem ser vendidas sim! Porque os funcionários públicos são privilegiados! (...) No caso de uma aposentadoria do funcionário do setor privado, você se aposenta pela média dos últimos 36 meses. Então o seu salário já cai. O funcionário público se aposenta com o último salário dele mais um acréscimo de 20%. Você está tirando direito do trabalhador para manter o privilégio dos funcionários públicos. Você compreende? O ideal é que você cortasse esse privilégio e fizesse uma aposentadoria para todos. (...) se por este caminho não dá vamos privatizar tudo, todo mundo vai ser funcionário do setor privado." (Entrevista com José da Silva, assessor do SMSP, ago. de 1998).

O discurso dominante – de combate ao funcionalismo público – propagado pelas lideranças torna-se ainda mais evidente quando se referem à estabilidade e à aposentadoria integral. Comparam valores, exploram as disparidades existentes entre a aposentadoria do setor público e do setor privado. Paradigmática foi, neste sentido, a frase, expressa por Medeiros – e destacada pela imprensa – sobre a Reforma da Previdência. Prometia Medeiros: "vamos dar uma cacetada sem dó nem piedade no servidor público"¹⁴. Nesta direção, as lideranças forjam um discurso

¹² Entrevista realizada com Paulo Barbosa, em São Paulo, set. de 1998.

¹³ Idem.

¹⁴ Ver "Governo e Força se unem para aprovar a Reforma", *Folha de S. Paulo*, 12 de mar. de 1996.

arguto que interpela os trabalhadores do setor privado a apoiar o desmonte dos direitos dos trabalhadores do setor público.

O crescimento do desemprego, da informalidade e a queda na renda do trabalhador criaram um campo fértil para que se disseminassem propostas de flexibilização e de qualificação profissional. Em 2002, a mais radical investida da Força Sindical pela desregulamentação ocorreu por ocasião da "flexibilização da CLT". Em entrevista, Paulinho advertia que a flexibilização não retiraria ou diminuiria direitos, e, sim, aumentaria as possibilidades¹⁵. Paulinho explicava que flexibilizar a legislação ajudaria as empresas, já que "a mudança cria um clima favorável para as indústrias e para o Brasil. A médio prazo, poderia atrair capital internacional". Perguntado sobre os benefícios que o trabalhador teria se pudesse dividir os 30 dias de férias em períodos de 5, o então presidente da Força Sindical respondeu que o trabalhador teria mais facilidades, mais opções de escolha quanto ao período ou a venda das férias; as mulheres também poderiam vender dias da licença-maternidade. Adiantando-se aos seus críticos, advertia: o tema "é polêmico, mas tem gente que está sem dinheiro na hora em que o filho nasce e, por isso, prefere vender os direitos".

Colocar mais dinheiro no bolso do trabalhador, criar empregos e dar mais opções de escolha aos trabalhadores foram as justificativas das lideranças em defesa da proposta de "flexibilização" da CLT, durante uma assembléia convocada para este fim. A "modernização da CLT não reduz direitos" foi a tônica dos discursos. Destaca-se, nesta assembléia, a habilidade de Paulinho ao defender que os trabalhadores poderiam "optar segundo o que lhes convém" e ao afirmar que, na prática, o sindicato já estava negociando com as empresas a conquista de benefícios e a antecipação de ganhos, como o parcelamento mensal da PLR que, segundo ele, "é mais dinheiro no bolso do trabalhador". Há um misto de alusão a ganhos materiais e de ilusão quanto à retirada de direitos. Advogava que poderiam ser feitas concessões, não no sentido de ampliar, mas de conciliar as necessidades imediatas do trabalhador à legislação trabalhista. A negociação das férias e do 13^º salário poderia minorar as mazelas do dia-a-dia, ponderava Paulinho:

"Nós resolvemos mostrar na prática que não acaba com o direito de ninguém. Facilita a vida das pessoas na hora que for pegar os seus direitos. Vamos pegar o exemplo das férias. Você tem duas opções hoje. Quais são: 30 dias de férias, mais 1/3. 20 dias pode vender 10 dias de férias. Nós queremos além destas duas opções, dar mais algumas opções. Que na hora que você vai tirar as suas férias, você vai no departamento pessoal e diz: "o

¹⁵ Ver: "Paulinho: A flexibilização da CLT ajuda a criar empregos", <http://globoNews.globo.com/Parabolica/0,6993,ZA394996-1208-1,00.html>, acessado em 03 de abr. de 2002.

sindicato fez um acordo que eu posso ter outras opções. Quais são as outras opções? Não significa acabar com as duas, mas você criar mais 3 ou 4. Por exemplo, muitas vezes o cara está numa situação difícil. Tem que pagar uma prestação, tem que pagar, que comprar uma geladeira, então ele fala assim: dá aqui 15 dias de férias e vou pegar, além do 1/3, mais 15 dias em dinheiro (...) Você vai ter mais opções para você escolher na hora de tirar o 13º [salário]. Nós preferimos ficar com o dinheiro no bolso ou esperar? Nós queremos deixar a opção que dá a lei, mas outras opções (...)"¹⁶.

Não é apenas o drama de estar desempregado (sobretudo, quando o desemprego é concebido como um dado natural contra o qual o sindicato, como movimento social, nada pode fazer) ou a ameaça de demissão que constrange o trabalhador a abrir mão de seus direitos. Também o aumento ou a recorrência da informalidade coloca o trabalhador na defensiva. No caso dos metalúrgicos de São Paulo – cuja base é tradicionalmente dispersa em 5.998 pequenas empresas para um universo de 6.863 estabelecimentos –, o perfil dominante das empresas cria um campo favorável à informalidade e às irregularidades trabalhistas. Renner (2002) e Cardoso (1999) mostraram que nestas empresas é mais difícil o cumprimento dos acordos salariais estabelecidos de acordo com a convenção coletiva. Também nelas, as irregularidades trabalhistas já acontecem há mais tempo e ali os trabalhadores sofrem a pressão direta e cotidiana do patronato, que pode estrangê-los com a ameaça de demissão, caso busquem o sindicato ou forcem a regularização.

IV Conclusão

As lideranças que entrevistamos são ativas, têm um contato freqüente com o sindicato e com os trabalhadores, seja nas sub-sedes, nas comissões de fábrica ou nas portas de fábrica. A maioria dos informantes, por exemplo, foi entrevistada durante algumas assembléias (sempre cheias, movimentadas, ativas). São lideranças que passaram por cursos de formação, que se expressam com clareza e que têm um discurso fluente. A nosso ver, elas tiveram um papel importante na propagação das idéias neoliberais no meio metalúrgico: 1) selecionando aspectos do discurso neoliberal para sua base; 2) interpelando os metalúrgicos para uma cruzada contra o funcionalismo público e 3) naturalizando e individualizando as razões do desemprego.

As lideranças acabam selecionando, segundo os interlocutores, sejam trabalhadores do setor público ou do setor privado, quais os aspectos do neoliberalismo devem explorar. Prova disso, é a linha de apoio à participação dos

¹⁶ Discurso de Paulinho, proferido durante uma assembléia realizada em São Paulo, em mar. de 2002.

trabalhadores, adotada pelas lideranças, junto aos empregados das estatais. Neste caso, o aspecto da ideologia prática neoliberal difundido é que, ao participar como acionistas do processo de desmonte do aparelho econômico estatal, os empregados das estatais poderiam usufruir dos benefícios da "democratização do capital"; em poucas palavras, lucrar e enriquecer. Para os trabalhadores de sua base, as lideranças do SMSP propagam algo diferente. Neste caso, não enfatizam que o desmonte do Estado traz aos metalúrgicos riquezas imediatas, mas, sim, que pode haver emprego, aposentadoria "justa", desenvolvimento econômico, apenas e tão somente, se o Estado desenvolvimentista for desmontado e os direitos, atribuídos como privilégios, de seus funcionários – servidores, sobretudo, mas também os políticos profissionais – forem liquidados. Nesta operação de desmontagem, as lideranças também acabam defendendo a redução de direitos sociais, como ficou evidenciado numa das entrevistas em que se defendeu a privatização da educação básica.

As lideranças, em seus discursos, exploram os estigmas sociais do funcionalismo público para vertê-los e convertê-los em justificativas para a redução da esfera de ação estatal e liquidação dos direitos trabalhistas. Em nome do combate a toda ordem de práticas clientelistas, corporativistas, cartoriais e empreguistas existentes no Estado; em nome do fim dos prejuízos das estatais; em nome da igualdade de direitos entre trabalhadores do setor público e do setor privado; e, finalmente, em nome do emprego faz-se uma cruzada contra o legado trabalhista e os poucos direitos que os trabalhadores brasileiros conquistaram desde a "era Vargas". Sob a pecha de privilegiados, os direitos dos funcionários públicos são desmontados num grande pacote que, perversamente, joga no lixo também os direitos dos próprios metalúrgicos. Pois bem, a crítica difusa e conservadora ao Estado cartorial e empreguista produz um "efeito bumerangue", já que, para usar a expressão de Medeiros, a suposta "cacetada" dos trabalhadores do setor privado contra os direitos especiais de certos segmentos da burocracia estatal acaba voltando, não na forma de igualdade de direitos ou de justiça mas, como abate aos direitos de todos os trabalhadores.

O principal efeito deste discurso é sedimentar a ideologia burguesa, incentivar a concorrência, a rivalidade e o ressentimento entre trabalhadores, desviando-os de qualquer perspectiva coletiva e ocultando a estrutura do Estado Burguês – que não pode prescindir da corrupção, do parasitismo, do clientelismo e do patrimonialismo, como demonstra o marxismo – e a estrutura da economia capitalista – fundada na

exploração do capital sobre o trabalho. No plano político, o efeito deste discurso é realizar o objetivo precípua do neoliberalismo, desta feita pelas mãos – e através da fala – do sindicalismo: restringir todos os direitos ou, ao menos, nivelá-los por baixo.

V. Bibliografia

- BARBOSA, Alexandre de Freitas e MORETTO, Amilton. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo: ABET, 1998.
- BOITO Jr. Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CARDOSO, Adalberto. *A trama da modernidade – pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- DIEESE. "As negociações coletivas no Brasil". São Paulo, 2001.
- FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil – a proposta da Força Sindical*. São Paulo: Geração Editorial, 1993.
- GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: tese de doutorado, [s.n.], 2003.
- GRACIOLLI, Edílson. *Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria* (a trajetória do Sindicato dos metalúrgicos de Volta redonda – 1989/1993). Campinas, tese de Doutorado, {s.n.}, 1999.
- MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *O destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.
- VISSER, J. "Syndicalisme et désyndicalisation". *Le mouvement social*, Editions ouvrières, no. 162, jan, 1993.
- NORONHA, Eduardo. "A explosão das greves nos anos 80". In: BOITO JR., Armando. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 93-136.
- RENNER, Cecília. *Duas estratégias sindicais*. São Paulo: Letras à margem, 2002.
- SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil (1945– 1990)*. São Paulo: Ática, 1994.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Campinas, tese de doutorado, [s.n.], 2004.
-
- _____. "A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo". *Idéias*, vol. 9, nº 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2002, p. 155–202.